



O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO AEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Acreciana de Sousa Melo

EEIEF Aderson da Franca Alencar - Crato-CE, acrecianamelo@yahoo.com.br

Fernanda Maria da Silva Cardeal

EEIEF Professor José Bizerra de Britto - Crato-CE, fernandamcardeal@gmail.com

Resumo

Este estudo objetiva apresentar experiências exitosas frente ao processo de intervenção realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em uma escola pública regular do município de Crato-CE, tendo como foco uma educação inclusiva. No percurso metodológico, adotamos a abordagem qualitativa, e utilizamos a pesquisa-ação, nos baseando em autores como: Matos (2002), Brasil (2008), Ropoli (2010), Cunha (2016), Fávero (2007), entre outros que embasam a temática, buscando evidenciar intervenções lúdicas e significativas que despertam o interesse dos alunos e proporcionam condições de aprendizagem, favorecendo autonomia, desenvolvimento e inclusão escolar, apesar dos desafios que são enfrentados, pois temos em vista a promoção do direito ao acesso e permanência dos alunos na escola, buscando proporcionar que todos aprendam de acordo com suas possibilidades. Assim, esperamos contribuir no processo educacional dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apontando alguns caminhos rumo à aprendizagem a partir de uma prática lúdica e inclusiva, onde os jogos e as brincadeiras se fazem muito presentes.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Inclusão Escolar, Intervenções Significativas.

Introdução

No contexto educacional contemporâneo a legislação sinaliza para o ideário de uma escola inclusiva que atende indistintamente todos os educandos, preparando-os para o ensino escolar, para a vida familiar e social, independentemente de suas limitações ou necessidades educacionais. Tem como objetivo garantir a todos o direito à educação, pressupondo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas.

Documentos relevantes como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Declaração de Salamanca e a Convenção da Guatemala foram marcos importantes nesse processo em prol de uma educação inclusiva. Inicialmente, as políticas tinham caráter mais assistencialista e até discriminatório, mas outras iniciativas foram sendo progressivamente desenvolvidas e aperfeiçoadas até chegarem ao que temos na atualidade. Por meio de recorte

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

histórico acerca dessa temática, destacaremos a seguir algumas políticas oficiais em nosso país que asseguram uma educação inclusiva para todos.

A Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Apresenta como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Em seu artigo 205, define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No inciso I do artigo 206, estabelece como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, artigo 59, publica que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

De tal modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem reafirmar o direito de todos à educação no ensino regular, apresentando como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e norteando os sistemas de ensino a possibilitar respostas às necessidades educacionais.

Nesse contexto, a escola cumpre o papel de educação inclusiva quando atende com equidade e sem preconceitos a diversidade discente, reconhecendo as especificidades de cada um e buscando a sua formação integral. De acordo com Ropoli,

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. [...] Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (ROPOLI, 2010, p. 9)

Assim, vale destacar que algumas instituições já abraçam ações nesse sentido, buscando promover mudanças na sua organização pedagógica, valorizar as diferenças e garantir a participação e o desenvolvimento de todos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008) apresenta como uma de suas inovações o Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido como um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Dessa forma, o AEE se constitui como um apoio pedagógico que complementa e/ou suplementa a escolarização dos alunos público-alvo da educação especial, não substituindo o ensino regular e sim realizado concomitantemente no contra turno, pois, uma educação especial substitutiva do ensino regular é incompatível com uma política de educação inclusiva.

Esse atendimento deve funcionar nas salas de recursos multifuncionais, instaladas em escolas de ensino regular ou em um Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública, conveniado com os Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Conforme Fávero,

Essa modalidade deve disponibilizar um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio aos alunos com deficiências, possibilitando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um. (FÁVERO, 2007, p. 29)

Portanto, compete ao professor que atua no AEE avaliar, identificar e considerar as habilidades e necessidades específicas dos alunos atendidos para então construir o plano individual de atendimento educacional especializado, tendo em vista a busca por recursos e estratégias adequadas que promovam autonomia, desenvolvimento e inclusão.

Assim, a justificativa para o desenvolvimento do presente trabalho está relacionada a nossa atual experiência profissional em sala de AEE, onde nos encantamos pelo trabalho e pelos alunos que nos motivam a nos aperfeiçoarmos cada vez mais para atendermos às suas necessidades. Aos poucos fomos compreendendo seus diferentes modos de interagir e suas diferentes formas de aprender e buscando alternativas lúdicas e significativas que favorecem a aprendizagem e a integração social.

O estudo objetiva apresentar práticas significativas vivenciadas no Atendimento Educacional Especializado, desenvolvido na sala de recursos multifuncionais de uma escola

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

pública do município de Crato-CE, em um trabalho pautado no acolhimento e no respeito, bem como na abordagem teórica que, de acordo com Zapparoli (2014, pág. 14) “foca a aprendizagem nas possibilidades do sujeito, acreditando que todos têm potencial, desde que lhes sejam oferecidas oportunidades adequadas”.

Metodologia

Para a realização deste estudo privilegiamos a abordagem qualitativa. Tomamos como ponto de partida a revisão de literatura na área, pois o referencial teórico alimenta o pensamento do autor, traz reflexão e conhecimento acerca da temática e proporciona o desenvolvimento de ideias bem fundamentadas.

Nesse processo, consideramos o roteiro sugerido pelos documentos que norteiam o desenvolvimento do trabalho no AEE, partindo do estudo de caso à elaboração do Plano, realizado individualmente para cada aluno. Os planos de AEE definem “o tipo de atendimento para o aluno, os materiais que deverão ser produzidos, a frequência do aluno ao atendimento, entre outros elementos constituintes desse plano” (ROPOLI, 2010, p. 24).

Posteriormente, através da pesquisa-ação, evidenciamos vivências exitosas frente ao processo de intervenção, tendo como foco uma educação inclusiva e lúdica. Esta fonte de pesquisa, de acordo com Matos:

[...] além da participação do pesquisador, pressupõe uma ação planejada que deverá realizar-se no decorrer da sua realização. Uma pesquisa é assim considerada quando... há por parte dos pesquisadores o interesse de não apenas verificar algo, mas de transformar. (MATOS, 2002, p. 48)

Nessa perspectiva, o estudo procura apresentar práticas interventivas que acontecem no espaço do Atendimento Educacional Especializado, permeado de experiências ricas e significativas e repleto de esperança, pois acreditamos que existem possibilidades para o desenvolvimento, autonomia e inclusão de todos.

Ressaltamos que são práticas que tem como base o desenvolvimento de ações inclusivas, lúdicas e prazerosas no processo de aprendizagem. Conforme Cunha (2016, p. 11) “o que o professor precisa fazer é observar, avaliar e mediar, para que os recursos pedagógicos [...] sejam apropriados por quem ensina e para quem aprende”.

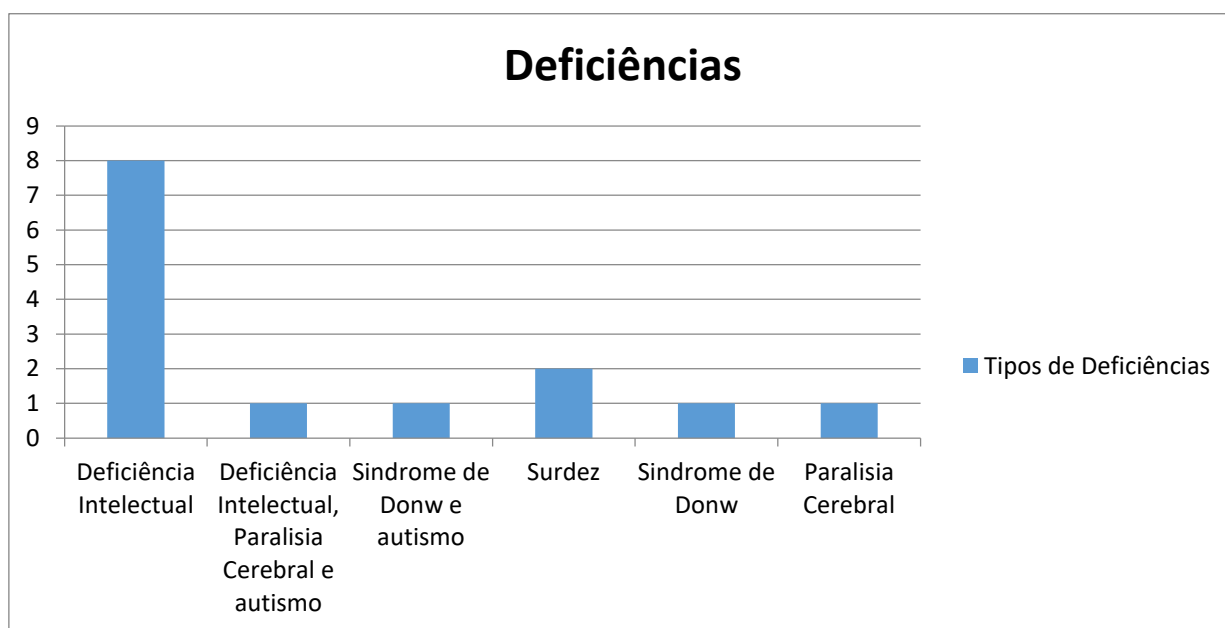
Dessa forma, a intenção é construir um currículo funcional para a vida prática, compreendendo a execução de atividades que terão reflexos na vida escolar, familiar e social do educando.

Pretendemos, portanto, instigar uma reflexão acerca de ideias pedagógicas que fundamentam uma educação inclusiva, para que em nossa prática docente possamos promover, conforme Paulo Freire, uma educação transformadora.

Resultados e Discussão

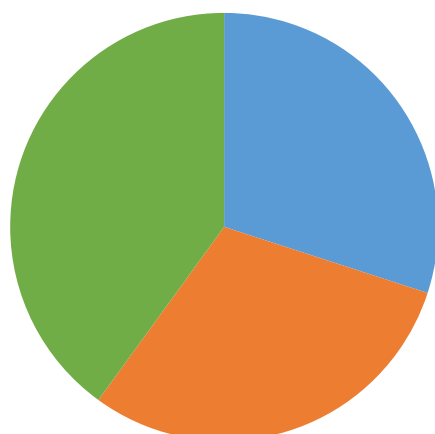
As experiências no Atendimento Educacional Especializado-AEE, foram vivenciadas em uma escola municipal de Educação Básica na Cidade de Crato, estado do Ceará. Neste espaço foi possível realizarmos ações significativas, como também o compartilhamento de propostas favoráveis ao bom desempenho dos alunos na sala de aula regular.

Destacaremos a seguir o contexto dessa sala do AEE, onde são atendidos 14 alunos com as respectivas deficiências:



Nessa conjuntura, ressaltamos que são grandes os desafios enfrentados. No entanto, o anseio por um ensino de qualidade, com foco inclusivo, é superior. Com relação aos desafios enfrentados, destacam-se os seguintes:

PRINCIPAIS DIFICULDADES VIVENCIADAS



- FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS E MATERIAIS DIDÁTICO/PEDAGÓGICOS.
- FALTA DE PREPARAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA POR PARTE DOS PROFESSORES DA SALA COMUM.
- AUSÊNCIA DE APOIO MULTIDISCIPLINAR, INCLUINDO A ASSISTÊNCIA DA FAMÍLIA E DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE.

Apesar desses desafios estamos sempre em busca de estratégias lúdicas e intervenções significativas no processo de desenvolvimento e inclusão escolar dos alunos atendidos, como por exemplo, a adequação de materiais e confecção de jogos com materiais alternativos ou de custo acessível. Em concordância com Fávero,

Os alunos com deficiência têm limitações físicas, sensoriais ou intelectuais significativas por definição e, muitas vezes, para poderem se relacionar com o ambiente necessitam de instrumentos e apoios que os demais alunos não necessitam. (FÁVERO, 2007, p. 18)

Dessarte, a escola deve acolher as diferentes maneiras de aprender e delas tirar proveito, ao invés de excluir. Tendo em vista promover uma educação inclusiva, atendendo as necessidades específicas dos educandos, “o primeiro passo está na avaliação para saber quais habilidades necessitam ser conquistadas e quais aptidões básicas, motoras e acadêmicas necessitam ser desenvolvidas” (CUNHA, 2016, p. 29). A vista disso é imprescindível que o professor atue buscando auxiliar na superação das dificuldades identificadas, que impedem a conquista de habilidades essenciais para a inclusão.

É necessário priorizar a interação espontânea, estímulos afetivos e comunicativos, linguagem escrita e matemática, bem como tarefas ligadas ao seu cotidiano como higiene pessoal e alimentação, pois, conforme Ropoli,

[...] ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular. (ROPOLI, 2010, p. 19)

A escola é espaço privilegiado para mobilizar esse processo e promover a formação global dos educados. Mesmo que os alunos com grandes limitações não consigam aprender todos os conteúdos escolares, é necessário garantir o direito à convivência na escola regular e permitir que sejam bem acolhidos e tratados adequadamente, potencializando situações favoráveis à sua participação.

Logo, percebemos o quanto é imprescindível tanto os conhecimentos adquiridos na prática como os conhecimentos teóricos que dão suporte ao nosso trabalho, neste caso, ligados à proposta do AEE e à educação numa perspectiva inclusiva, tornando-se saliente a articulação do diálogo entre teoria e prática.

Além disso, é de suma importância o envolvimento entre professores da sala comum e da educação especial, bem como a comunicação entre todos os envolvidos (gestores, família e demais profissionais) para o alcance dos objetivos.

Nesse caminhar, foram surgindo novas propostas juntamente com a ideia de adequarmos a sala e favorecermos um ambiente lúdico e acolhedor. Realizamos adaptações de jogos e atividades pedagógicas, bem como novas aquisições.

Para auxiliar nesse processo de intervenção no AEE destacamos atividades lúdicas com jogos e brincadeiras, considerando as necessidades e habilidades específicas de cada aluno, pois, como afirma Zapparoli,

As atividades lúdicas possuem grandes vantagens para o trabalho com a criança com deficiência, pois estas vivenciam muitas situações de fracasso no seu dia a dia, e o uso da ludicidade pode contribuir para aliviar as pressões em relação aos seus resultados. (ZAPPAROLI, 2014, p. 21)

A brincadeira, além dessa vantagem, estimula diversas habilidades na criança, como: interação, comunicação, atenção, concentração, memorização, coordenação motora, cooperação e proporciona prazer na realização das atividades propostas.

Assim, os atendimentos são divididos em três momentos, da seguinte forma: Primeiro momento: Conversa inicial sobre assuntos do dia a dia; Segundo momento: Realização de atividade lúdica ou Interação com jogos e/ou brincadeiras direcionadas; Terceiro momento: Momento livre, onde é dado à criança a oportunidade de escolher um brinquedo ou uma brincadeira cooperativa.

Nesses momentos, trabalhamos o reconhecimento da própria imagem; Atividades que desenvolvam coordenação motora fina, como: caixa de areia (percepção de traçados na realização de formas, letras, números, dentre outros), recorte e colagem; Atividades que

trabalham a motricidade fina (aramados, encaixe); Brincadeiras ou músicas que exploram esquema corporal, trabalhando noções de lateralidade e adaptação de movimentos; Contações de histórias, seguidas de questionamentos para trabalhar a compreensão leitora; Trabalhos com músicas e poemas cantados, seguidos de atividades contextualizadas, explorando a identificação de letras, a escrita ou formação de palavras utilizando letras móveis; Atividades com pintura, desenho ou modelagem, trabalhando a criatividade, memória, atenção e concentração; Produção de texto oral ou escrito a partir de sequências lógicas; Utilização de sites educativos e softwares diversos; Recursos da comunicação alternativa (Sistema PECS), com alunos que apresentam dificuldades na linguagem; Atividades práticas que auxiliam no desenvolvimento da autonomia nas ações da vida diária; Atividades e jogos pedagógicos que auxiliam o desenvolvimento da comunicação, leitura e escrita de palavras, frases e textos, a partir da associação de imagens e sinais em LIBRAS com a língua portuguesa escrita, para alunos com surdez.

De tal modo, a partir dessas experiências interventivas no AEE evidenciamos avanços positivos referentes à inclusão, comunicação, percepção, atenção, autoestima e entusiasmo dos alunos. A vista disso, concordamos com o pensamento de Cunha que diz,

[...] quando há prazer no processo de ensino e aprendizagem, há ludicidade. Não importa a atividade que realizamos. O lúdico significa fazer por gosto, dar gosto ao que se faz também por obrigação [...] compreender o ser humano na complexidade do seu ser, dando-lhe condições de integrar-se ao ambiente escolar é fazê-lo crer nas suas habilidades [...] (CUNHA, 2016, p. 36)

Com isso, cabe aos educadores o desejo de buscar novas formas de adaptar e dinamizar os conhecimentos, propiciando uma ampla visão, um olhar sensível e propostas de um ambiente inclusivo e adequando a cada demanda.

Conclusões

De fato, as práticas escolares precisam ser aprimoradas para que as ideias de inclusão realmente aconteçam. Para atender a todos e atender melhor, é necessário que essas práticas se tornem transformadoras e viáveis para o alunado que temos, em seus diferentes níveis.

É importante que a escola, além de eliminar suas barreiras arquitetônicas e de comunicação, adote recursos adequados, matérias didáticos necessários e estratégias de acessibilidade que possibilitem a participação e o acesso aos conhecimentos.

A inclusão é um desafio, mas, ao ser enfrentado adequadamente gera melhoria na qualidade da educação. Esse desafio exige trabalho, dedicação, preparação e sensibilidade, porém, proporciona inúmeros benefícios. A aprendizagem, o acolhimento, o respeito e o sucesso dos alunos são condições básicas em direção aos princípios inclusivos.

Por fim, a partir deste estudo, esperamos contribuir para uma reflexão acerca do processo de inclusão no espaço do AEE e possibilitar caminhos significativos de aprendizagem.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão:** revista da educação especial, v.4, n1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.- Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CUNHA, Antonio Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade /** Eugenio Cunha. – 6 ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientação Pedagógica /** Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luísa de Marillac Pantoja, Maria Teresa Eglér Mantoan.- São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

Matos Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer /** Kelma Socorro Lopes de Matos, Sofia Lerche Vieira. - 2. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ORRÚ, Silvia Ester. **Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva /** organização Sílvia Ester Orrú. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva [et.al].** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Senado Federal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2013.

ZAPPAROLI, Kelem. **Estratégias lúdicas para o ensino da criança com deficiência /** Kelem Zapparoli – 2 ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.